

Planos de saúde passarão a ser fiscalizados

■ Câmara cria grupo para estudar regulamentação e examina possibilidade do poder público também contratar serviços privados

O ministro da Saúde, Henrique Santillo, aprovou esta semana a comissão especial da Câmara dos Deputados que auxiliará o Executivo na formulação do projeto de lei ou decreto que regulamentará as empresas de seguro saúde e assistência médica. É que essas empresas, embora operem com recursos de terceiros, não passam por nenhum tipo de controle do poder público, sendo dispensadas, por exemplo, de fazer demonstração financeira a qualquer autoridade.

Paralelamente ao trabalho que começa a ser desenvolvido pelos seis deputados federais que compõem a comissão, tramita na Câmara projeto de lei dos deputados Genésio Bernardino (PMDB-MG) e Gastoni Righi (PTB-SP) tentando instituir o Plano Básico de Assistência Médica que prevê, entre outras medidas, autorização para o poder público contratar, em caráter complementar, os serviços privados de saúde e ainda abre opção aos empregadores de se responsabilizarem pela assistência médica, ambulatorial e hospitalar do quadro de funcionários.

Nesse caso, os empresários teriam direito à dedução de 22% dos valores das contribuições à Previdência Social. Esses serviços poderiam ser contratados de terceiros, de acordo com o projeto que é também defendido pela Associação das Empresas de Medicina de Grupo.

Déficit — O deputado Sérgio Arouca (PPS-RJ), que foi relator do projeto de lei de extinção do Inamps e que agora faz parte da comissão especial, afirma que tentará derrubar o projeto de lei que estabelece o plano de assistência médica. Segundo Arouca, entre os vários "pecados" cometidos pela proposta está o de reduzir a concepção de saúde, aumentar o déficit da Previdência Social e permitir a demissão de trabalhadores diante das suspeitas de doenças graves. (Sônia Maços)